

**A inclusão de crianças com deficiências no contexto escolar a partir dos recursos da
comunicação suplementar e alternativa**

**The inclusion of children with disabilities in the school context through the
supplementary and alternative communication resources**

**La inclusión de niños con discapacidades en el contexto escolar a partir de los recursos
de la comunicación suplementaria y alternativa**

Recebido: 26/12/2020 | Revisado: 27/12/2020 | Aceito: 30/12/2020 | Publicado: 31/12/2020

Nadja Maria de Menezes Morais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8548-4547>

Centro Universitário Leonardo da Vinci, Brasil

E-mail: nadja.38uniasselvi@gmail.com

Jôse Pessoa de Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3374-3367>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: josypessoa10@hotmail.com

Regina Celi Delfino da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4123-9790>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: regina-delfino@uol.com.br

Tássia Souza de Jesus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0150-1347>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: vitoriatassia@gmail.com

Rosenice de Lima Gabriel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3387-4391>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: rosenicelima@gmail.com

Rosilene Felix Mamedes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7290-0778>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: rosilenefmamedes@gmail.com

Resumo

O presente estudo objetivou analisar, refletir e discutir sobre a importância de conhecermos um pouco mais a respeito da temática de Comunicação Suplementar e Alternativa e como ela pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos que não possuem a fala funcional. Estamos em pleno século XXI, mas ainda carecemos muito de informações e conhecimento sobre como trabalhar na escola com estes recursos em sala de aula. Para a metodologia, optamos em realizar uma discussão teórica e metodológica a partir do recorte de dois recursos adaptados na comunicação alternativa abordados pelos autores Manzini e Deliberato. Tais recursos foram encontrados no portal de aporte técnicos para auxiliar a comunicação alternativa por meio de equipamento e material pedagógico especial na educação, na capacitação e na recreação da pessoa com deficiência física, além de termos escolhido a autora Mantoan por entendermos que ela traz um conceito mais amplo sobre a Educação Inclusiva e sua contribuição nos espaços escolares, entre outros teóricos que versam sobre o assunto.

Palavras-chave: Comunicação alternativa e suplementar; Inclusão; Recursos didáticos; Professor.

Abstract

The present study aimed to analyze, reflect and discuss the importance of knowing a little more about the inclusion of children with disabilities in the school context from the resources of supplementary and alternative communication and how it can contribute to the development of students who do not have functional speech. It is the 21st century, but we still lack the information and knowledge about how to work in school with these resources in the classroom. For the methodology, we decided to conduct a theoretical and methodological discussion from parts of two features adapted in alternative communication addressed by the authors Manzini and Deliberato. Such resources were found on the technical support portal to assist alternative communication through equipment and special educational material in education, training and recreation for people with physical disabilities, in addition to having chosen the author Mantoan for understanding that she brings a wider concept about Inclusive Education and its contribution to school spaces among other theorists in regards to this subject.

Keywords: Alternative and supplementary communication; Inclusion; Teaching resources; Teacher.

Resumen

La presente investigación tuvo el objetivo de analizar, reflexionar y discutir sobre la importancia del conocimiento frente a la temática inclusión de niños con discapacidad en el contexto escolar, a partir de los recursos de la comunicación suplementaria y alternativa, y cómo ello puede contribuir para el desarrollo de los alumnos que no se desplegaron el habla funcional. Estamos en pleno siglo XXI, pero todavía necesitamos mucha información y conocimiento sobre cómo se trabaja en la escuela y en las clases con estos recursos. En la metodología, realizamos una discusión teórica y metodológica a partir del fragmento de dos recursos adaptativos de la comunicación alternativa, conforme Manzini y Deliberato. Tales recursos se recolectaron en el portal de soporte técnico, que ayuda en la comunicación alternativa por medio de equipamientos y materiales pedagógicos especiales para la educación, capacitación y recreación de la persona con discapacidad física. También elegimos la autora Mantoan, debido a su amplia visión sobre la Educación Inclusiva y su contribución en los espacios escolares, entre otros teóricos que hablan sobre el tema.

Palabras clave: Comunicación alternativa y suplementaria; Inclusión; Recursos didácticos; Profesor.

1. Introdução

No Brasil, a sociedade passou por diversas transformações. Uma delas refere-se às conquistas das pessoas com deficiência. Foram anos de discussões mundiais sobre a temática, mas começamos realmente a evoluir, em termos de garantia de direitos, a partir da nossa Constituição Federal de 1988, pois foi com ela que tivemos todo o aparato legislativo para nos garantir tais direitos.

Partindo da nossa Constituição, foram sendo criados outros documentos que ajudaram na construção de uma sociedade mais humana e igualitária. Os documentos normativos criados na década de 90, como por exemplo, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram fortemente no desenvolvimento da Educação Inclusiva.

Dois anos mais tarde, tivemos a regulamentação da nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB de (1996) que retrata a Educação Especial como direito garantido às pessoas com deficiência dentro das Instituições Regulares de Ensino. Após a LDB, outras legislações garantiram o processo de inclusão das pessoas com deficiência, como: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Plano Nacional de Educação

(2014 a 2024); Lei 13.146 de (2015) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nesse sentido, o resgate histórico se tornou importante para podermos entender a estruturação da sociedade do século XXI, pois, mesmo com todo este aparato legal, temos uma grande problemática diante dos contextos escolares, o processo inclusivo das pessoas com deficiência nas escolas regulares, sobretudo, como garantir a inclusão dos alunos que precisam de uma comunicação suplementar para poder comunicar-se de forma funcional?

Sabemos que o ensino da língua é um dos pré-requisitos para o processo de construção da identidade das pessoas, por isso, supomos que a falta de conhecimento e o despreparo por grande parte das escolas públicas brasileiras e dos professores em organizar ações pedagógicas estruturadas no contexto de inclusão social, dificultam a aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, a relevância social deste trabalho dar-se-á no sentido de ampliar o debate em torno de dois recursos da Comunicação Suplementar ou Alternativa: a prancha fixa na parede e a prancha com estímulos removíveis, bem como ampliar os conhecimentos sobre este universo da comunicação suplementar e alternativa. Assim, podemos dizer que este estudo contribui para a ressignificação das possíveis práticas inclusivas para o desenvolvimento inclusivo nos espaços escolares das crianças com deficiência que não falam.

Logo, este trabalho trata-se de uma discussão com base nas obras estudadas sobre a temática do processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, bem como objetivou refletir e discutir sobre a importância de conhecermos um pouco mais sobre a temática da comunicação suplementar e alternativa e como ela pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos que não possuem a fala funcional. Buscamos, também, reconhecer e apresentar algumas estratégias metodológicas da comunicação suplementar que podem contribuir para o atendimento dos alunos com deficiência na área da linguagem.

1.2 Comunicação suplementar ou alternativa: o que é e suas possibilidades de inclusão

A comunicação suplementar ou alternativa tem sido discutida, principalmente, nos últimos anos em diferentes países como: na Europa e no Brasil. Isso é importante, pois abre espaço para discussão e, conseqüentemente, mais informações e conhecimento sobre assunto. De acordo com (Capovilla, 2001, p. 97), “A comunicação alternativa envolve o emprego de atos motores manuais, expressões faciais, código morse e símbolos gráficos (incluindo a

escrita, desenhos, fotografias e gravuras)”, que amplia e potencializa as possibilidades comunicativas entre professores e alunos que não usam a fala no ambiente escolar.

Partindo da concepção do autor, percebemos que a comunicação suplementar ou alternativa são estruturas recursais que ajudam as pessoas comprometidas na área da linguagem, ou seja, é um conjunto de práticas que visam desenvolver as habilidades na comunicação dos alunos com alguma deficiência. Geralmente, as crianças com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, paralisia cerebral e transtornos de linguagem apresentam dificuldades para se comunicar, e, como efeito, ficam as margens do processo social e educativo.

Dessa forma, entendemos que quando a linguagem por não ser utilizada pelas pessoas com deficiência de forma funcional, ela ocorre como mais uma proposta ou recurso metodológico que possibilita a comunicação entre as pessoas com deficiência com outras pessoas e com o mundo.

Nesse sentido, Massaro e Deliberato (2013, p. 334) nos esclarece: “os recursos de comunicação suplementar e alternativa podem colaborar para o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, [...] colaborando assim, para o processo de ensino e aprendizagem”.

Desse modo, as escolas públicas e a sociedade precisam ter mais acesso a tais informações para que se possa estudar sobre a temática e, assim, contribuir para o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Conforme Deliberato (2006, p. 04):

Em educação especial, a expressão comunicação alternativa e/ ou suplementar vem sendo utilizada para designar um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência, ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala. Vários podem ser os sistemas alternativos para comunicação. A criança ou jovem pode usar um tabuleiro de comunicação que contenha símbolos gráficos como fotos, figuras, desenhos, letras, palavras e sentenças, e construir sentenças ao apontar para fotos, desenhos ou figuras estampadas, de modo a se fazer entender no ambiente escolar e social. Há ainda sistemas que utilizam tecnologia avançada, como os sistemas computadorizados e softwares específicos.

A partir da visão dos autores supracitados, entendemos que a comunicação alternativa ou suplementar é um recurso que deve ser pensado, estruturado e planejado conforme a necessidade de cada pessoa com deficiência. Podemos retratar, também, que existem três

grandes áreas do conhecimento que dialogam sobre a possibilidade de incluir as pessoas com deficiências, são elas: Saúde, Educação e Tecnologia.

Segundo Manzini e Deliberato (2004, p. 36) estabeleceram as etapas para o processo de implementação da tecnologia assistiva por meio do fluxograma anterior e definiram cada etapa da seguinte maneira:

- 1) Entender a situação que envolve o estudante: para isto é necessário escutar seus desejos, identificar as características físicas, psicomotoras e comunicativas, observar a dinâmica do estudante no ambiente escolar e reconhecer o contexto social;
- 2) Gerar ideias: para isto é necessário conversar com os usuários, buscar soluções, pesquisar materiais que podem ser utilizados e pesquisar alternativas para a confecção do objeto;
- 3) Escolher a alternativa viável: devem-se considerar as necessidades a serem atendidas e a disponibilidade de recursos materiais e custos para a confecção do recurso;
- 4) Representar a ideia (desenhos, modelos e ilustrações): nesta etapa devem-se definir os materiais e as dimensões do objeto (forma, medida, peso, textura, cor);
- 5) Construir o objeto para experimentação: é necessário experimentar o recurso na situação real de uso, ou seja, observar o aluno utilizando o material no contexto proposto;
- 6) Avaliar o uso do objeto: deve-se avaliar se o recurso atendeu o desejo da pessoa no contexto determinado e verificar se facilitou a ação do aluno e do educador;
- 7) Acompanhar o uso: verificar se as condições do aluno mudam com o passar do tempo e se a necessidades de alguma adaptação no recurso.

A escola, para poder atuar de maneira inclusiva na construção de um currículo adaptado, precisa levar em consideração as necessidades dos educandos, tendo em vista que essa construção perpassa por diferentes autores pedagógicos, sobretudo pelos próprios alunos com deficiência. Isso implica analisar a situação social que envolve o educando, pesquisar materiais, escolher o recurso viável para que dessa forma possa possibilitar as crianças uma aprendizagem significativa.

1.3 Escola e o processo de inclusão das pessoas com deficiências

Para o desenvolvimento da Educação Inclusiva, começaremos a discussão a partir da Política Nacional da Educação Especial (Brasil, 2008, p. 10) que traz a oferta do Atendimento Especializado Educacional tem “como função identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógico de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. Podemos observar que o Estado está fazendo sua parte no tocante a legislar, apresentando políticas públicas que contemplem as pessoas

com deficiência. Isso coloca um desafio para as escolas, já que elas terão que se adequar as leis que regem o país e, sobretudo, garantir aos educandos com necessidades educacionais especiais o direito ao ensino de qualidade de forma inclusiva.

Dessa forma, não se concebe mais olhares capacitistas no ambiente escolar, ou seja, olhar para as crianças com deficiência com preconceito pela sua condição. Precisamos transcender estas concepções, pois estes preconceitos enraizados na sociedade só reduzem as possibilidades de uma pessoa com deficiência.

Um exemplo que elucida bem estas questões das visões capacitistas ocorrem quando uma criança com Transtorno do Espectro Autista- TEA chega à escola, sabemos que, uma das dificuldades da criança com TEA está relacionado aos transtornos de linguagens/ dificuldade de comunicação e nas interações sociais.

Segundo Rotta:

Transtorno do espectro autista (TEA) é definido como um transtorno do desenvolvimento que surge na infância e que se caracteriza por importante atraso na aquisição da linguagem na interação social com interesse restrito se comportamentos estereotipados ou repetitivos. É um distúrbio complexo que pode estar associado a sintomas com características fora do domínio social, com dificuldades na coordenação motora ampla e fina, no equilíbrio e a normalidade sensoriais (Rotta, p. 370, 2016).

Na maioria das vezes, as Instituições, por não saberem lidar com as questões específicas de uma criança com TEA, começam a ter a visão capacitista que nivela por baixo a criança. Outro ponto importante estar relacionado com questão de não saberem lidar com a comunicação suplementar ou alternativa por não ter tido acesso à informação ou não possuir formação adequada para atender este público.

Por isso, devemos entender que o processo de ensino e aprendizagem de uma criança com TEA, para o ensino de qualquer habilidade social, seja na esfera cognitiva, motora, socioemocional, deve considerar e respeitar as especificidades do transtorno. De acordo com (Mantoan, 2003, p.13):

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Concordamos com Mantoan, quando fala que a escola, em sua organização, faz divisões que muitas das vezes deixam os alunos mais às margens do processo inclusivo, do que possibilita, de fato, inclusão. Entendemos que todos os profissionais que fazem parte da escola são responsáveis pelos espaços inclusivos, visto que essas divisões supracitadas inviabilizam o processo de desenvolvimento humano de qualquer criança, mas, principalmente, das crianças que não possuem a fala funcional.

Para Rodrigues, a Educação Inclusiva deve ser entendida como: “[...] uma reforma educacional que promove a educação conjunta de todos os alunos, independentemente das suas características individuais ou estatuto sócioeconômico, removendo barreiras à aprendizagem e valorizando as suas diferenças para promover uma melhor aprendizagem de todos” (Rodrigues, 2007, p. 34).

Diante do exposto, percebemos a necessidade de abordar a temática que envolve a comunicação suplementar, pois entendemos que é extremamente relevante esse tipo de discussão para a formação dos professores/profissionais que estão trabalhando diretamente com os alunos que apresentam algum tipo de transtorno ou dificuldade de aprendizagem de linguagem.

Na sociedade contemporânea, a escola se redemocratizou, abrindo-se para novos paradigmas de grupos sociais, no entanto, precisamos avançar, no tocante há desenvolver um ensino que não massifique todos de forma homogênea, mais que possibilite o diálogo sobre as metodologias ativas que contribuem para o ensino/aprendizagem desses alunos.

Dessa forma, observamos que não poderíamos falar sobre um tema importante, sem discutir alguns desafios encontrados pelo universo educacional para lidar com o processo de inclusão das pessoas com deficiências. Porém, precisamos destacar que é possível construir práticas que incluam todos e isso só ocorrerá quando deixarmos de praticar apenas integração dos alunos nas escolas.

Nesse sentido, também é necessário destacar o que a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de junho de 2015 determina em seu art.28:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

- VI - Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX - Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio [...]

Por isso, não podemos discorrer acerca da comunicação alternativa sem antes fazermos essa ponte com as legislações que garantem o acesso a inclusão, até porque uma das finalidades da comunicação alternativa é justamente a de incluir e ajudar a pessoa com deficiência ser mais autônomo, aumentando assim, sua interação social e a sua qualidade de vida.

Segundo Carvalho (2004) é através de uma equipe multidisciplinar qualificado na área da pessoa com deficiência, entre eles, o professor do AEE que atua na sala de recurso multifuncional.

2. Metodologia

Para a metodologia, optamos em realizar uma pesquisa bibliográfica esse tipo de pesquisa para Lakatos e Marconi, é o ponto de partida para a construção de um trabalho científico, conforme os autores este estudo possibilita “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (Lakatos & Marconi 2003, p.157). de natureza qualitativa que de acordo com (Ludke & Andre, 2013), “os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”.

Dessa forma, entendemos que propor uma discussão teórica e metodológica a partir do recorte de dois recursos adaptados da comunicação alternativa abordados pelos autores Manzini e Deliberato (2004, 2006 e 2013), encontrados no portal de ajudas técnicas e de

recursos para comunicação alternativa do MEC, bem como aporte teórico e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física.

Além da autora Mantoan (2003), outros teóricos versam sobre o assunto. Esse tipo de estudo é, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.157), “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

3. Resultados e Discussão

Como instrumento para coleta de dados, selecionamos dois recursos utilizados baseados na proposta de Manzini e Deliberato (2004, 2006), o primeiro se refere a prancha fixa na parede e o segundo prancha com estímulos removíveis. O debate sobre estes recursos alternativos para a comunicação das pessoas com deficiências nos possibilitou, enquanto pesquisadores uma discussão reflexiva sobre vários sistemas alternativos que temos para favorecer a inclusão dessas pessoas no sistema educacional e social. Exemplificamos esse recurso a seguir:

Figura 1 – Prancha fixa na parede.



Fonte: Manzini e Deliberato (2004, p. 15).

De acordo com os autores Manzini e Deliberato (2004), podemos utilizar “vários sistemas alternativos para comunicação, tais como um tabuleiro de comunicação que contenha símbolos gráficos como fotos, figuras, desenhos, letras, palavras e sentenças”.

Desse modo, a Figura 1 indica como objetivo a interação com o grupo, com os professores e familiares. Esse tipo de procedimento precisa ser planejado e bem preparado.

Devemos pensá-lo e estruturá-lo para as pessoas com dificuldades ou transtornos de fala, como também devemos pensar nas crianças dificuldades de locomoção, como é o caso das pessoas que usam a cadeira de rodas.

Este recurso da prancha fixa na parede deve ser utilizado pelo professor com intuito de trabalhar os conteúdos através das figuras que serão ministrados na aula, bem como poderá ser utilizado pelas famílias quando orientadas a organizar a rotina da pessoa em casa (ambiente natural).

Considerando tais objetivos, compreendemos que os autores Manzini e Deliberato (2004) entendem que ao utilizarmos uma outra forma de comunicação não temos a pretensão de substituir a fala, mas, de contribuir para que a comunicação ocorra, para que assim, elas tenham maiores condições de interação social.

Nesse sentido, a instituição escolar precisa encontrar e abordar novos caminhos para ampliar o processo de ensino/aprendizagem junto aos docentes e familiares, dessa maneira, a preparação dos recursos precisa estar em consonância com a realidade do contexto da escola.

A descrição da prancha fixa na parede é de fácil confecção e poderá ser feita a depender da deficiência com a ajuda dos alunos, para a confecção o professor precisará de: papel cartão, papelão, madeira, velcro, figuras ou fotos.

A Figura 2- remete a prancha com estímulos removíveis que também pode ser facilmente utilizada em sala de aula ou em casa (ambiente natural).

Vejamos a seguir:

Figura 2 – Prancha com estímulos removíveis.



Fonte: Manzini e Deliberato (2004, p. 27).

Dessa forma, a discussão teórica aponta que devemos buscar meios de comunicação suplementar para que as pessoas com deficiências possam ter maior autonomia em sua vida diária. Assim, a prancha de estímulos removíveis é mais um recurso educativo que pode ser construído facilmente pelos professores, familiares ou profissionais multidisciplinares com a intencionalidade de construir experiências de aprendizagens.

Analizamos que na descrição na obra a percepção de Manzini e Deliberato, sobre a prancha com estímulos removíveis requer, também, planejamento e tem por objetivo ampliar a comunicação através das trocas de figuras entre o professor e aluno, além de permitir a utilização de dois ou mais estímulos, mas isso deverá ser observado pelo adulto, pois a depender do comprometimento do aluno devemos fazer as adaptações.

Outro ponto analisado corresponde ao recurso material que precisa ser adaptado, como por exemplo, a base é feita de madeira, mas precisa ser inserido o papel paraná, velcro, além da confecção de cartões que poderão ser utilizados através de desenhos, imagens ou fotografias e colados com velcro, para depois serem colados na prancha, já que o aluno manuseará o conteúdo, retirando-o ou colando-o e, assim, conseguirá estabelecer sua comunicação através das trocas de cartões.

Logo, percebemos, a partir da análise sobre estes dois recursos de comunicação alternativas, que ao planejar e trabalhar com estes recursos, os profissionais e familiares precisam de treinamento e sensibilidade. De acordo com Copley e Ziviani (2004) “tais recursos são meios de permitir o domínio ou o controle sobre seu ambiente, incluindo o brincar e a independência exploratória realçados nas atividades da vida diária”.

4. Considerações Finais

A discussão teórica sobre a contribuição da Comunicação Alternativa ou Suplementar nos possibilitou uma melhor compreensão acerca da temática e como ela pode facilitar a vida das pessoas, ofertando melhores condições de vida diária. Com essa discussão, buscamos compreender o que seria, de fato, a comunicação alternativa ou suplementar e suas finalidades para as pessoas com deficiências.

Desse modo, verificamos que a comunicação alternativa ou suplementar é um recurso que deve ser pensado, estruturado e planejado conforme a necessidade de cada pessoa com deficiência. Que os professores, profissionais e familiares devem levar em consideração sempre a real necessidade da criança, suas potencialidades, para que, assim, possam montar

algumas estratégias pedagógicas que realmente contribuam para o desenvolvimento e estabelecimento da comunicação.

Portanto, podemos dizer que esse estudo contribuiu para uma reflexão sobre a importância de ressignificar as ações pedagógicas dentro e fora dos espaços escolares, uma vez que os recursos, prancha fixa na parede e prancha de estímulos removíveis, elaborados pelos autores Manzini e Deliberato (2004, 2006), podem ser facilmente encontrados no portal do MEC. Esses recursos foram escolhidos porque entendemos que eles podem ser utilizados nos diferentes contextos sociais, facilitando o processo de inclusão das pessoas com deficiências.

Por fim, nós, educadores e pesquisadores desse estudo, entendemos que este assunto não tem a pretensão de se esgotar aqui, mas o de fomentar a discussão sobre a problemática da inclusão nos diferentes contextos sociais e como isso é possível de ser aplicado no dia a dia das pessoas com deficiências. Propomos que as escolas trabalhem em suas formações pedagógicas o que é comunicação alternativa e como ela poderá ser utilizada dentro do espaço escolar.

Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. Edições 70.

Capovilla, F. C. (2001) Comunicação Alternativa: Modelos teóricos e tecnológicos, Filosofia Educacional e Prática clínica. In: Carrara, K. *Universidade, sociedade e Educação*. Marília: Unesp publicações.

Carvalho, R. E. (2016) *Com os pingos nos "is"*. Editora Mediação.

Copley, J., & Ziviani, J. (2004) *Barriers to the use of assistive technology for children with multiple disabilities*. Occupational Therapy International.

Deliberato, D. (2008). Comunicação alternativa: informações básicas para o professor. Org. Oliveira, Anna Augusto Sampaio. *Inclusão escolar: as contribuições da educação especial*.

Gesser, A. (2009). *Libras? Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. Parábola Editorial.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Mantoan, M. T. E. (2003) *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* Moderna.

Manzini, E. J., & Deliberato, D. (2004) *Portal de ajudas técnicas para educação: recursos para a comunicação alternativa.* MEC, SEESP, v. 2.

Massaro, M., & Deliberato, D. (2013) *Uso de sistemas de comunicação suplementar e alternativa na Educação Infantil: percepção do professor* Revista Educação Especial | v. 26 | n. 46 | p. 331-350 | maio/ago. <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

Pereira, A. S. (2018). *Metodologia da pesquisa científica/ Adriana Soares Pereira (et al.).* UFSM.

Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. (2015). Brasília, DF: Inep.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2008) Brasília: MEC; SEEP.

Rotta, N. T., & Riesgo, L. O. R. (2016) *Transtorno da aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.* (2a ed.), Artmed.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades Educativas Especiais.* Salamanca-Espanha.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Nadja Maria de Menezes Morais - 50%

Jôse Pessoa de Lima - 10%

Regina Celi Delfino da Silva - 10%

Tássia Souza de Jesus - 10%

Rosenice de Lima Gabriel - 10%

Rosilene Felix Mamedes - 10%